

Portobello

## Sumário

Demonstrações Contábeis Intermediárias.....	1 a 17
Comentário do Desempenho Consolidado.....	18 a 27
Notas Explicativas.....	28 a 79
1 Informações gerais.....	28
2 Base de preparação.....	28
3 Principais políticas contábeis.....	29
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticas.....	41
5 Gestão de risco financeiro.....	43
6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros.....	47
7 Caixa e equivalentes de caixa.....	48
8 Instrumentos financeiros derivativos.....	48
9 Contas a receber de clientes.....	49
10 Estoques.....	50
11 Tributos a recuperar.....	51
12 Créditos com outras pessoas ligadas.....	51
13 Depósitos judiciais.....	52
14 Recebíveis da Eletrobrás.....	52
15 Imposto de renda e contribuição social.....	53
16 Ativo tributário.....	56
17 Ativos contingentes.....	56
18 Investimentos.....	57
19 Imobilizado.....	58
20 Intangível.....	59
21 Fornecedores.....	60
22 Empréstimos e financiamentos.....	61
23 Parcelamento de obrigações tributárias.....	64
24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472).....	65
25 Impostos, taxas e contribuições.....	66
26 Provisões para contingências.....	66
27 Passivo contingente.....	68
28 Benefícios a empregados.....	68
29 Incentivo de longo prazo (ILP).....	69

---

## Portobello S.A e empresas controladas

---

30	Patrimônio líquido .....	70
31	Receitas.....	72
32	Despesas por natureza.....	72
33	Outras receitas e despesas operacionais líquidas .....	73
34	Outros ganhos (perdas), líquidos .....	73
35	Resultado financeiro .....	74
36	Resultado de operações descontinuadas .....	74
37	Lucro por ação.....	75
38	Dividendos.....	75
39	Informações por segmento de negócio .....	75
40	Compromissos.....	76
41	Cobertura de seguros .....	76
42	Empresas ligadas e partes relacionadas.....	77
43	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária .....	79
	Relatório de Revisão Especial.....	80
	Declaração dos Diretores sobre Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial.....	82
	Acompanhamento das Projeções Divulgadas.....	83

---

# Índice

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	786.885	735.162
1.01	Ativo Circulante	351.663	363.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.477	56.576
1.01.03	Contas a Receber	140.277	137.626
1.01.03.01	Clientes	140.277	137.626
1.01.04	Estoques	133.054	119.932
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.881	1.450
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.881	1.450
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.881	1.450
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.231	354
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.743	47.828
1.01.08.03	Outros	11.743	47.828
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	2.073	2.073
1.01.08.03.02	Créditos com Controlada	0	41.839
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	7.528	2.156
1.01.08.03.04	Outros	2.142	1.760
1.02	Ativo Não Circulante	435.222	371.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.454	169.757
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	137.092	105.767
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	46.717	5.369
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	90.375	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	66.362	63.990
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.635	8.457
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	38.751	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.732	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.084	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	3.572	678
1.02.02.01	Participações Societárias	3.572	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.374	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	211.293	185.841
1.02.04	Intangível	16.903	15.120

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	786.885	735.162
2.01	Passivo Circulante	272.433	331.645
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.325	17.581
2.01.02	Fornecedores	123.916	120.122
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.853	32.062
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.853	32.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.682	3.488
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	22.113	22.029
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	7.058	6.545
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.156	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.156	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	32.083	38.292
2.01.05.02	Outros	32.083	38.292
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	17.039	20.636
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	8.747	8.799
2.01.05.02.07	Outros	6.297	8.857
2.01.06	Provisões	8.100	48.004
2.01.06.02	Outras Provisões	8.100	48.004
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	0	41.496
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	1.810	1.288
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	6.290	5.220
2.02	Passivo Não Circulante	373.667	276.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	147.821	90.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	147.821	90.016
2.02.02	Outras Obrigações	108.320	112.479
2.02.02.02	Outros	108.320	112.479
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	2.825	2.918
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	105.495	109.561
2.02.03	Tributos Diferidos	15.777	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.777	16.309
2.02.04	Provisões	101.749	57.594
2.02.04.02	Outras Provisões	101.749	57.594
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	47.669	5.834
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	51.904	49.584
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	2.176	2.176
2.03	Patrimônio Líquido	140.785	127.119
2.03.01	Capital Social Realizado	40.798	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.04	Reservas de Lucros	50.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	46.786	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.457	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	36.194	35.985

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.979	139.384
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.878	-99.667
3.03	Resultado Bruto	49.101	39.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.575	-20.530
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.954	-19.107
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.683	-4.348
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	833	3.172
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	833	3.172
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.722	-3.484
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1.740	-2.224
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-982	-1.260
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.951	3.237
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.526	19.187
3.06	Resultado Financeiro	-4.195	-3.926
3.06.01	Receitas Financeiras	5.349	5.499
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.659	4.263
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	690	1.236
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.544	-9.425
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.544	-9.425
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.331	15.261
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.269	-4.106
3.08.01	Corrente	-5.801	-3.818
3.08.02	Diferido	532	-288
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.062	11.155
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.062	11.155
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,08215	0,07015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,08215	0,07015

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	13.062	11.155
4.02	Outros Resultados Abrangentes	604	710
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-394
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	604	1.104
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.666	11.865



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-22	12.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.576	24.750
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	18.331	15.261
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.518	4.025
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-1.951	-3.237
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.709	1.958
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	1.292	1.145
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.070	1.506
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.780	453
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-1.932	-1.358
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-212	-304
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.231	-1.974
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.643	2.928
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	1.133	1.113
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	3.068	2.216
6.01.01.18	Deságio sobre créditos recebidos de partes relacionadas	1.430	0
6.01.01.19	Outros	2.488	1.018
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.913	-7.415
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-3.328	-2.964
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-3.597	-1.821
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-14.068	1.840
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Despesas Antecipadas	-877	-299
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-171	-345
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Crédito com Pessoas Ligadas	9.824	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-865	408
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	3.420	-2.037
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-5.372	783
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-5.625	-5.411
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-2.362	2.353
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	108	78
6.01.03	Outros	-5.685	-4.499
6.01.03.01	Juros Pagos	-1.405	-2.262
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.280	-2.237
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.733	-3.629
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-30.361	-3.487
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-1.865	-2.118
6.02.03	Dividendos Recebidos	0	2.057
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	491	-81
6.02.05	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.656	-12.001
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	71.049	5.813
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-32.393	-17.814
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.901	-2.794
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.576	8.091

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.477	5.297

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.457	209	13.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.062	0	13.062
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	209	604
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	604	604
5.07	Saldos Finais	40.798	267	50.069	13.457	36.194	140.785

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.549	710	12.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.155	0	11.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	394	710	1.104
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	394	-394	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.104	1.104
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-62.189	43.014	94.049

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	205.875	178.463
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.987	174.401
7.01.02	Outras Receitas	1.975	4.125
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-87	-63
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.890	-90.609
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.000	-72.667
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.479	-17.950
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	589	8
7.03	Valor Adicionado Bruto	98.985	87.854
7.04	Retenções	-3.518	-4.025
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.518	-4.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.467	83.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.822	12.889
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.951	3.237
7.06.02	Receitas Financeiras	6.871	9.652
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.289	96.718
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.289	96.718
7.08.01	Pessoal	27.340	24.264
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.682	20.603
7.08.01.02	Benefícios	2.050	2.111
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.608	1.550
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.245	44.495
7.08.02.01	Federais	28.151	24.345
7.08.02.02	Estaduais	21.871	20.025
7.08.02.03	Municipais	223	125
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.642	16.804
7.08.03.01	Juros	12.046	14.838
7.08.03.02	Aluguéis	1.596	1.966
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.062	11.155
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.062	11.155

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	747.398	695.321
1.01	Ativo Circulante	360.814	328.230
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.097	58.870
1.01.03	Contas a Receber	145.830	142.678
1.01.03.01	Clientes	145.830	142.678
1.01.04	Estoques	133.156	120.045
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.514	2.064
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.514	2.064
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	463	459
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	2.051	1.605
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.764	815
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.453	3.758
1.01.08.03	Outros	9.453	3.758
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	6.423	954
1.01.08.03.04	Outros	3.030	2.804
1.02	Ativo Não Circulante	386.584	367.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.789	164.501
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	90.375	100.398
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	90.375	100.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	66.414	64.103
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.671	8.494
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	38.751	36.819
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.732	1.682
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	13.084	12.872
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.641	3.641
1.02.01.09.08	Outros	535	595
1.02.02	Investimentos	198	215
1.02.02.01	Participações Societárias	198	215
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	215
1.02.03	Imobilizado	212.498	187.056
1.02.04	Intangível	17.099	15.319

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	747.398	695.321
2.01	Passivo Circulante	278.492	295.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.357	18.459
2.01.02	Fornecedores	124.397	121.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.028	34.348
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.028	34.348
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.277	4.142
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	23.005	22.961
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	7.746	7.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.156	75.584
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.156	75.584
2.01.05	Outras Obrigações	32.831	38.707
2.01.05.02	Outros	32.831	38.707
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	17.604	20.813
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	8.759	8.810
2.01.05.02.07	Outros	6.468	9.084
2.01.06	Provisões	9.723	7.164
2.01.06.02	Outras Provisões	9.723	7.164
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	2.635	1.322
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	7.088	5.842
2.02	Passivo Não Circulante	328.110	272.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	148.766	90.931
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	148.766	90.931
2.02.02	Outras Obrigações	109.032	113.364
2.02.02.02	Outros	109.032	113.364
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	2.825	2.918
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	106.207	110.446
2.02.03	Tributos Diferidos	15.777	16.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.777	16.309
2.02.04	Provisões	54.535	52.215
2.02.04.02	Outras Provisões	54.535	52.215
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	51.912	49.592
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	2.623	2.623
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	140.796	127.127
2.03.01	Capital Social Realizado	40.798	40.798
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.04	Reservas de Lucros	50.069	50.069
2.03.04.01	Reserva Legal	3.283	3.283
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	46.786	46.786
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.457	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	36.194	35.985
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	11	8

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	175.755	149.993
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.711	-99.501
3.03	Resultado Bruto	60.044	50.492
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.835	-29.314
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.121	-22.486
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.251	-5.484
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	267	2.412
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	267	2.412
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.730	-3.756
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.748	-2.496
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-982	-1.260
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.209	21.178
3.06	Resultado Financeiro	-4.235	-3.981
3.06.01	Receitas Financeiras	5.409	5.554
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.719	4.318
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	690	1.236
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.644	-9.535
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.644	-9.535
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.974	17.197
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.886	-6.039
3.08.01	Corrente	-7.418	-5.751
3.08.02	Diferido	532	-288
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.088	11.158
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-23	0
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-23	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.065	11.158
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.062	11.155
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	0,07015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00000	0,07015



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.065	11.158
4.02	Outros Resultados Abrangentes	604	710
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-394
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	604	1.104
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	13.669	11.868
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.666	11.865
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	3

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.798	14.542
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.364	30.632
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	19.974	17.197
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.532	4.035
6.01.01.07	Provisão para Contingências	2.499	1.929
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	1.490	1.278
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.246	1.777
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.789	573
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-1.932	-1.358
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-212	-304
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.231	-1.974
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.665	2.979
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	1.134	1.115
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	3.068	2.255
6.01.01.18	Deságio sobre Créditos Recebidos de Partes Relacionadas	1.430	0
6.01.01.19	Outros	2.490	1.130
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.582	-10.069
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-3.821	-4.831
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-3.209	-1.802
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-14.055	1.874
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Despesas Antecipadas	-1.949	-1.285
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-170	-347
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Crédito com Pessoas Ligadas	9.824	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-724	776
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	2.910	-1.821
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-5.469	710
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-5.860	-5.689
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-2.795	2.461
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	736	-115
6.01.03	Outros	-6.984	-6.021
6.01.03.01	Juros Pagos	-1.405	-2.262
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-5.579	-3.759
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.227	-5.605
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-30.364	-3.487
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-1.865	-2.118
6.02.04	Recebimento na Venda de Ativo Permanente	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.656	-12.001
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	71.049	5.813
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-32.393	-17.814
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-14
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.227	-3.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.870	10.065
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.097	6.987

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.457	209	13.666	3	13.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.062	0	13.062	3	13.065
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	209	604	0	604
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	604	604	0	604
5.07	Saldos Finais	40.798	267	50.069	13.457	36.194	140.785	11	140.796

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.549	710	12.259	3	12.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.155	0	11.155	3	11.158
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	394	710	1.104	0	1.104
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	394	-394	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.104	1.104	0	1.104
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-62.189	43.014	94.049	11	94.060

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	216.294	188.486
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	216.454	186.613
7.01.02	Outras Receitas	-81	2.090
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-79	-217
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.393	-92.562
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87.809	-72.501
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.150	-20.069
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	589	8
7.02.04	Outros	-23	0
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-23	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	105.901	95.924
7.04	Retenções	-3.532	-4.035
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.532	-4.035
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.369	91.889
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.928	9.708
7.06.02	Receitas Financeiras	6.928	9.708
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	109.297	101.597
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	109.297	101.597
7.08.01	Pessoal	29.048	25.671
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.160	21.822
7.08.01.02	Benefícios	2.191	2.227
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.697	1.622
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.376	47.826
7.08.02.01	Federais	31.263	27.667
7.08.02.02	Estaduais	21.871	20.025
7.08.02.03	Municipais	242	134
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.808	16.942
7.08.03.01	Juros	12.148	14.949
7.08.03.02	Aluguéis	1.660	1.993
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.065	11.158
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.062	11.155
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3	3

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 1T13

A Portobello S.A. (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), hoje a maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul, listada na BOVESPA desde 1991 e no segmento “Novo Mercado”, apresenta seus resultados do trimestre findo em 31 de março de 2013. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o primeiro trimestre de 2012 e 2011.

#### DESTAQUES

- A Receita Líquida atingiu R\$ 176 milhões no 1T13, superando em 17% o mesmo período do ano anterior;
- As vendas no mercado interno cresceram 15% quando comparado com o 1T12 e foram superiores em 8 p.p. ao crescimento do setor (ABRAMAT);
- O Lucro Bruto totalizou R\$ 60 milhões, evolução de 19% quando comparado ao 1T12 e ganho de 0,5 p.p. na margem bruta;
- O EBITDA atingiu R\$ 29 milhões, com margem de 16% e crescimento de 8% em relação ao 1T12;
- O Lucro Líquido foi de R\$ 13 milhões, com margem de 7% e crescimento de 17% na comparação com o mesmo período de 2012.

#### Mensagem da Administração

O resultado do primeiro trimestre de 2013 consolida os obtidos nos anos anteriores que foram positivamente influenciados pelo momento do mercado da construção civil brasileira, aliado à nossa capacidade de capturar e potencializar essas oportunidades com otimizações e racionalizações constantes que fazem parte da nossa cultura. O bom desempenho alcançado neste trimestre está evidenciado quando comparamos com os dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

Aproveitando as oportunidades proporcionadas pelo mercado, a Administração manteve foco no mercado interno, mas aumentando as vendas no mercado externo. A produção foi concentrada em produtos de maior valor agregado e o modelo de produção híbrido, que combina produção própria e terceirizada (“*outsourcing*”), permitiu atender, com flexibilidade e velocidade, a demanda por produtos comerciais, principalmente para o segmento de construtoras e incorporadoras.

A maturidade do lançamento de produtos aliada à agressividade nas ações comerciais, contribuíram para o aumento da margem e para o crescimento acima do mercado.

Os processos de meritocracia, baseado em metas, avaliações e remuneração variável vêm contribuindo significativamente para o nosso processo de melhoria dos resultados.

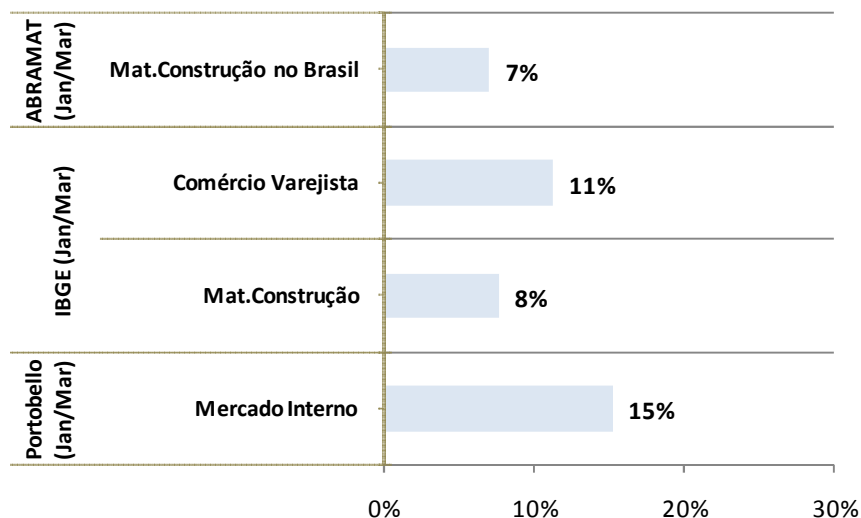
No decorrer do trimestre, a Administração passou também a focar na revisão de seu planejamento estratégico e dos planos de expansão, este que já teve início no quarto trimestre do ano passado com expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas.

## Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Desempenho da Receita Líquida – 31/03/2013 x 31/03/2012



### Perspectivas

- Embora a economia brasileira tenha mostrado sinais de desaceleração em 2012, a Companhia estima a manutenção dos níveis de crescimento das vendas no mercado interno, em função dos lançamentos de empreendimentos imobiliários e da demanda percebida no varejo;
- A Portobello espera a continuidade da maior demanda por materiais de construção e por materiais de acabamento de maior valor agregado, segmento onde está inserida, também influenciada pela alíquota zero de IPI para produtos cerâmicos, prorrogada até o final de 2013. Para tanto, iremos aumentar a oferta com mais produtos adquiridos de terceiros e implantação de nova linha para produção de grandes formatos em junho de 2013, com aumento da capacidade em 20% e investimentos na ordem de R\$ 86 milhões;
- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços para o mercado doméstico, seja ampliando sua gama de serviços e produtos dirigida ao mercado imobiliário e comercial das grandes construtoras, seja ampliando os investimentos em marketing e produtos de maior valor agregado para atender as redes de varejo e principais “home centers” brasileiros. Assim, esperamos manter o ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos;
- No segmento das lojas especializadas, sua rede de franquias – Portobello Shop – tem programada a abertura de novas lojas em diversos Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Paraíba, Acre, Amapá, São Paulo e Minas Gerais;
- A exportação tem se mostrado um mercado com potencial de crescimento, haja vista que este canal de vendas é o mais lucrativo da Companhia ao patamar atual de câmbio. A crescente demanda por produtos de maior valor agregado possibilita à Portobello atender este mercado potencializando sua lucratividade;
- As vendas de produtos das novas coleções lançadas em 2012 na mais importante feira de nosso setor – Revestir – foram até o momento superiores as expectativas iniciais, o que confirma que as políticas adotadas continuarão a incrementar a lucratividade das vendas;
- Continuidade nos ganhos de produtividade, com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade, e os investimentos em logística e nosso processo de meritocracia indicam a manutenção ou incremento da lucratividade aos níveis obtidos em 2012;
- A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos dos insumos, principalmente energia e mão de obra, que necessitarão ser neutralizados pela constante busca por ganhos de produtividade. O risco de aumento no gás natural existe e pode afetar a competitividade da Portobello e da indústria cerâmica catarinense;

## Portobello S.A e empresas controladas

### Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- A Portobello considera importantes as medidas em análise pelos órgãos governamentais objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos de forma a regularizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- A partir de abril deste ano o setor cerâmico foi beneficiado pela desoneração da folha de pagamento, o que irá melhorar a competitividade do setor cerâmico brasileiro.

### Distribuição

A Portobello distribui seus produtos através de quatro canais distintos, com características específicas de portfólio de produtos, equipes de profissionais especializados, serviços, logística e política comercial:

#### Mercado interno

São três os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“*home centers*”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharia – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 110 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

#### Mercado externo

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em 60 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações no primeiro trimestre de 2013 foram Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Peru, Estados Unidos, Bélgica, México, África do Sul e Canadá.

As exportações são restritas aos mercados mais rentáveis, sendo que neste trimestre representaram 8% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.



## Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Desempenho Econômico-Financeiro

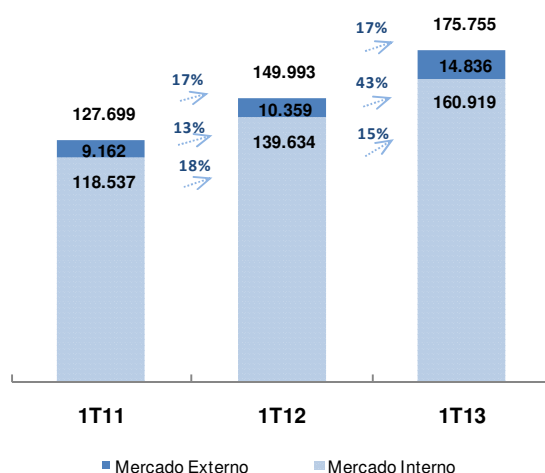
Resultado consolidado	1T11	1T12	1T13	Varição % 1T13 x 1T12
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>162.286</b>	<b>189.321</b>	<b>220.446</b>	<b>16%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>127.699</b>	<b>149.993</b>	<b>175.755</b>	<b>17%</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>39.203</b>	<b>50.492</b>	<b>60.044</b>	<b>19%</b>
<i>Margem bruta</i>	30,7%	33,7%	34,2%	0,5 p.p.
Vendas	(21.252)	(22.486)	(26.121)	16%
Gerais e administrativas	(4.190)	(5.484)	(6.251)	14%
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.761)	(84)	(2.481)	-
<b>EBIT</b>	<b>8.000</b>	<b>22.438</b>	<b>25.191</b>	<b>12%</b>
<i>Margem EBIT</i>	6,3%	15,0%	14,3%	-0,6 p.p.
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas)	(5.318)	(5.241)	(5.217)	0%
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.682</b>	<b>17.197</b>	<b>19.974</b>	<b>16%</b>
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	(996)	(6.039)	(6.886)	14%
Resultado operações continuadas	1.686	11.158	13.088	17%
Resultado operações descontinuadas (*)	(59)	-	(23)	0%
<b>Lucro líquido do trimestre</b>	<b>1.627</b>	<b>11.158</b>	<b>13.065</b>	<b>17%</b>
<i>Margem líquida</i>	1,3%	7,4%	7,4%	0 p.p.
<b>EBITDA</b>	<b>11.951</b>	<b>26.473</b>	<b>28.723</b>	<b>8%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	9,4%	17,6%	16,3%	-1,3 p.p.

(\*) As operações da controlada Portobello América foram descontinuadas em 31/12/2010 e os dados relativos a esta operação estão de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

### Receita Líquida

A receita líquida cresceu 17% no 1T13, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 176 milhões, 92% dos quais foram realizadas no mercado interno. A performance do mercado interno, 15% superior, teve participação similar entre os canais Engenharia, Varejo multimarcas e Portobello Shop. E o seu desempenho, continua sendo afetado por mix de produtos com maior valor agregado e aumento da participação de produtos adquiridos de terceiros. Já o mercado externo apresentou um crescimento de 43% quando comparado com 2012, por consequência do volume de vendas e também mix de produtos com maior valor agregado (preço médio maior).

#### Receita Operacional Líquida



## Portobello S.A e empresas controladas

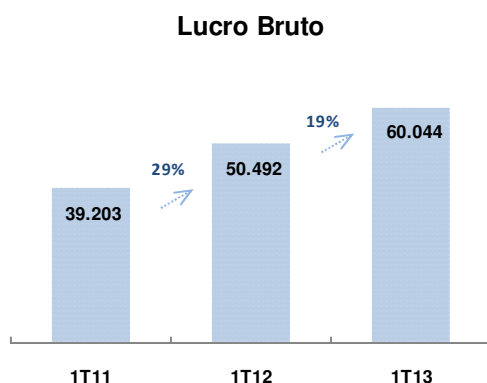
Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 60 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2013 e apresentou crescimento de 19% sobre o mesmo período do ano anterior. A margem bruta apresenta crescimento de 0,5 p.p no primeiro trimestre de 2013 em comparação com 2012.

O desempenho neste primeiro trimestre deve-se, além do mix de produtos com maior valor agregado, com lucratividade maior por unidade vendida, à melhoria na performance industrial fruto das ações e medidas focadas em ganhos de produtividade, redução de custos, ganhos de qualidade e aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais e logísticos.

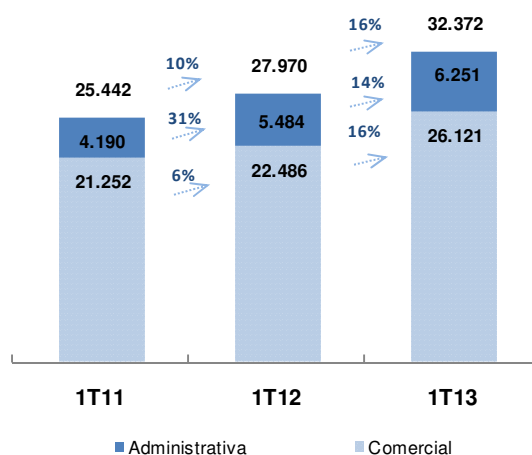


### Resultado Operacional

As despesas comerciais totalizaram R\$ 26 milhões no 1T13, 16% acima das despesas do 1T12, reflexo do aumento da força de vendas e de ações de marketing para dar sustentação às vendas. Como percentual da receita líquida mantiveram-se os 15% apresentados no 1T12.

As despesas administrativas somaram R\$ 6 milhões, correspondendo a um incremento de 14% sobre o mesmo período de 2012, em função das despesas com consultorias e gastos com estudos relativos a planos de expansão, e também mantiveram a mesma proporção da receita.

### Despesas Comerciais e Administrativas



As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 2,5 milhões no trimestre referem-se principalmente a provisões para contingências e participação dos funcionários no resultado a ser pago após o final do exercício e valor referente ao programa de incentivo de longo prazo com liquidação completa após cinco anos do reconhecimento inicial.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

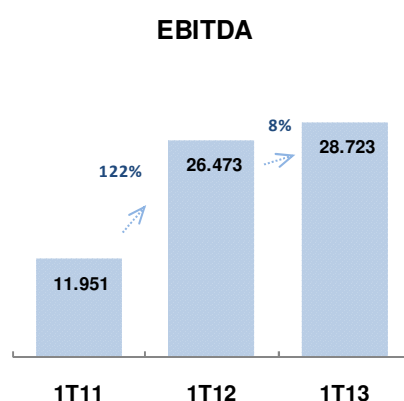
O resultado operacional antes do financeiro (EBIT) alcançou R\$ 25 milhões no 1T13, apresentando um crescimento de 12% quando comparado ao 1T12. A relação EBIT sobre a receita líquida apresentou uma margem de 14%.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2013 apresentou despesa financeira líquida R\$ 5 milhões, e manteve-se equiparado ao resultado financeiro do mesmo período do ano anterior. Embora o endividamento seja maior, a Companhia vêm captando linhas de financiamento a custos menores.

### EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 29 milhões, com crescimento de 8% sobre o resultado obtido em 2012. A margem EBITDA foi de 16%.



EBITDA	1T11	1T12	1T13	Variação % 1T13 x 1T12
Lucro líquido	1.625	11.155	13.062	17%
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas)	5.318	5.241	5.217	0%
Depreciação e amortização	3.951	4.035	3.532	-12%
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	996	6.039	6.886	14%
Operações descontinuadas/ participação não controladores	61	3	26	767%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	11.951	26.473	28.723	8%
% da receita líquida	9,4%	17,6%	16,3%	-1,3 p.p.

(\*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

### Endividamento / Estrutura de Capital

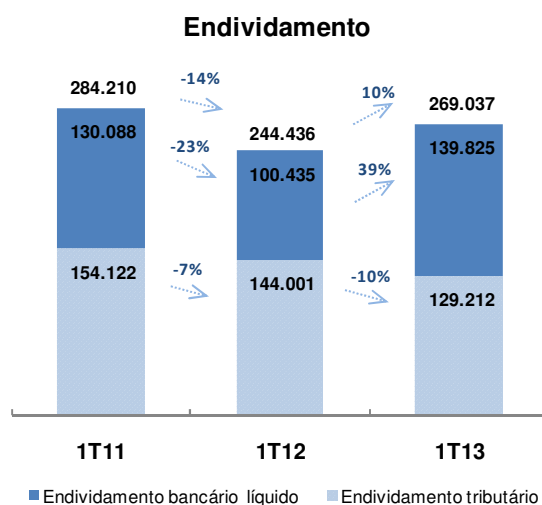
Em 31 de março de 2013 o endividamento bancário líquido era de R\$ 140 milhões, contra R\$ 100 milhões ao fim do 1T12, 39% superior ao saldo de 2012, em função de investimentos contínuos em ativo fixo. Já o endividamento tributário apresentou redução de 10%, efeito do pagamento das parcelas devidas.

O perfil de endividamento da Companhia vem continuamente melhorando através da redução de custo e alongamento de prazo. Houve ainda significativa redução do nível de alavancagem para 2,0 vezes o EBITDA contra 2,7 vezes no 1T12.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<b>Endividamento bancário líquido</b>	<b>1T11</b>	<b>1T12</b>	<b>1T13</b>
Circulante	110.011	70.796	58.156
Não circulante	51.742	36.626	148.766
(=) Total do endividamento bancário	161.753	107.422	206.922
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	31.665	6.987	67.097
(=) Total do endividamento bancário líquido	130.088	100.435	139.825

<b>Alavancagem financeira</b>	<b>1T11</b>	<b>1T12</b>	<b>1T13</b>
Endividamento bancário líquido	130.088	100.435	139.825
Endividamento tributário	154.122	144.001	129.212
EBITDA (últimos 12 meses)	82.944	92.159	131.503
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,6	1,1	1,1
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	3,4	2,7	2,0

Conforme destacado na Nota Explicativa 12, a Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já transformados em precatórios, pagos anualmente por um período de 10 anos. A segunda parcela no valor de R\$ 11.254, a Companhia recebeu no mês de março/2013. Conforme possibilita o contrato, destaca-se a aplicação de deságio no valor total de R\$ 1.430. O saldo desses créditos em 31 de março de 2013 representa R\$ 90.375 e, quando deduzidos do endividamento total, este total R\$ 178.662, representando uma relação Dívida Líquida (bancária e tributária) / EBITDA de 1,35 vezes.

### Investimentos

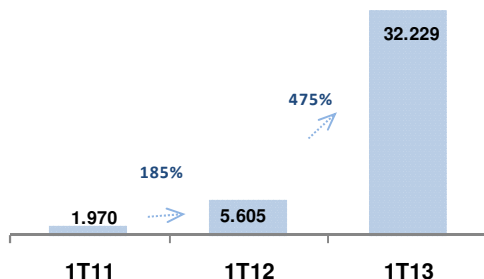
O programa de investimentos de 2013 concentra, principalmente, em expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos, ainda em andamento, além de investimentos em aperfeiçoamento do modelo logístico, tanto em distribuição como em armazenagem.

## Portobello S.A e empresas controladas

### Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Investimentos



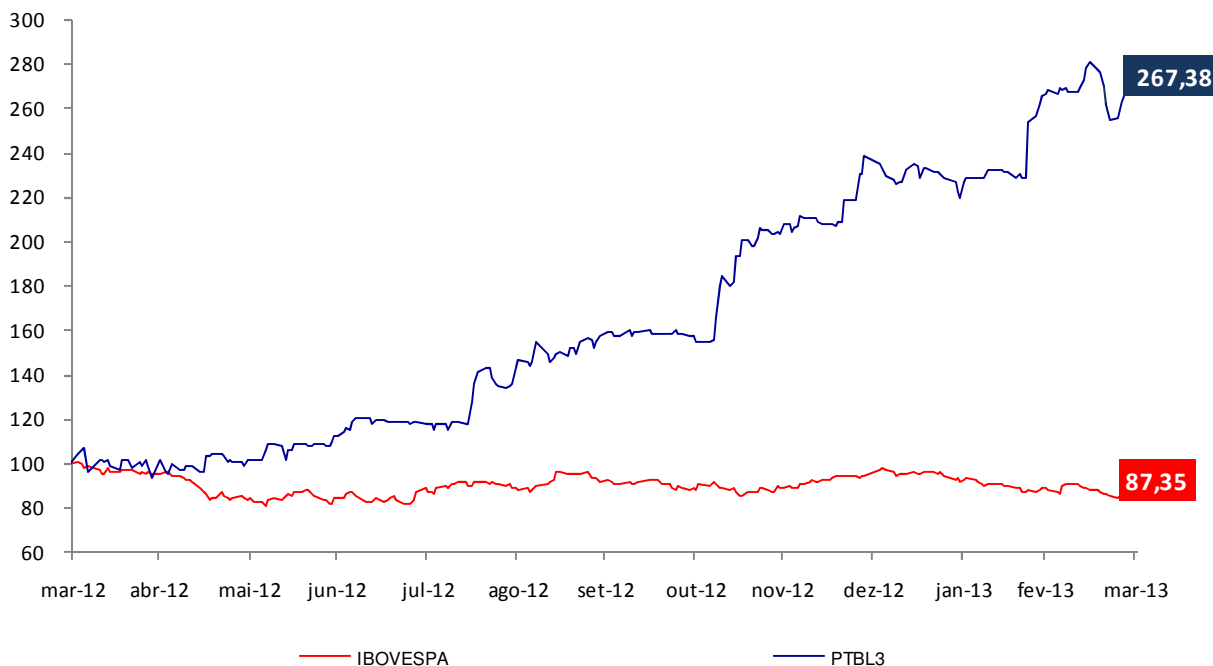
### Dividendos

O pagamento do montante de R\$ 8.637 a título de dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, e serão pagos em 21 de maio de 2013 o correspondente a R\$ 0,054321 por ação ordinária. O valor é líquido dos pagamentos feitos em 28 de dezembro de 2012.

### Desempenho das Ações Portobello na BM&FBovespa

No primeiro trimestre de 2013, a Portobello apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 795 milhões (R\$ 297 milhões em 31 de março de 2012), tendo como base a cotação final da ação de R\$ 5,00. Nos últimos doze meses, a ação apresentou valorização de 167%, enquanto o Ibovespa registrou queda de 13%.

PTBL3 x Ibovespa  
De (base 100) 31/03/2012 a 31/03/2013



## Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Recursos Humanos

O quadro de pessoal consolidado em 31 de março de 2013 era constituído de 2.448 profissionais, sendo 2.176 próprios, 216 terceiros, 30 estagiários e 26 temporários. Já em 31 de março de 2012 o quadro de pessoal era de 2.172 profissionais, sendo 2.109 próprios, 126 terceiros, 32 estagiários, 31 temporários.

A empresa tem um Código de Ética formal que é compartilhado com todos os funcionários, buscando um ambiente de respeito e harmonia. A transparência na gestão passa pela democratização da informação e diálogo aberto com acionistas, fornecedores, funcionários e comunidade. Acreditando no desenvolvimento dos seus funcionários, a Companhia investe em treinamento nas áreas de segurança, capacitações técnicas, relacionamento interpessoal e cursos voltados para a acessibilidade.

### Sustentabilidade

Como um dos importantes valores de sua marca, a Sustentabilidade é para a Companhia um compromisso permanente com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica através da adoção de práticas que garantam a perenidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.

Na área ambiental a empresa tem um Sistema de Gestão que permite o alinhamento da produção e administração com os requisitos legais, a prevenção da poluição e a melhoria contínua. O Gás Natural utilizado em 100% da produção, a reciclagem, reutilização ou reforma de todos os resíduos sólidos e o circuito fechado de água utilizada no processo produtivo são exemplos dessa prática. Em 2012 foram investidos mais de R\$ 3 milhões em ações com o meio ambiente como execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas.

Na área social há que se destacar em 2012 a publicação do Balanço Social e a publicação da 2ª edição do livro Arquitetura Brasileira, que promove a produção dos arquitetos brasileiros, o programa Atleta do Futuro que atende mais de 300 crianças da comunidade, o programa de Estágio e *Trainee* que visa formar futuros profissionais e a gestão da responsabilidade social, que compete a um Conselho composto por funcionários.

### Revestir 2013

Um dos mais importantes eventos mundiais do setor de acabamentos, a Feira Revestir, realiza-se em março em São Paulo e marca o principal momento de lançamentos para as empresas do setor. Com mais de 48 mil visitantes especializados, a feira reúne profissionais da arquitetura, compradores e especificadores de diversas partes do mundo. A Portobello, que tem em seus Lançamentos uma das principais ferramentas para exercitar a inovação e o design, organizou uma série de eventos durante o período.

No pavilhão de exposições da feira Revestir contou com um estande de 420 m<sup>2</sup> onde buscava retratar como aliar revestimentos práticos e acessórios para a criação de ambientes aconchegantes e únicos. Inspirado na arquitetura brasileira contemporânea, o projeto do estande, realizado pelo arquiteto Giovanni Bonetti, reproduzia os ambientes de uma casa distribuídos em dois pisos. O destaque no stand foram os grandes formatos 90x90, 60x120, 60x180, a serem produzidos na nova linha de produção da empresa e os produtos de espessura reduzida, também em grandes formatos.

Além do stand na Revestir a empresa montou um espaço fixo paralelo onde realizou ainda diversas apresentações de sua coleção e recebeu o público ao longo dos quatro dias da feira e do final de semana anterior. O “Espaço Habitat. Seu Espaço”, instalado no Parque Burle Marx, era composto por um amplo espaço e um roteiro completo para nova coleção, incluindo ambientes com as peças aplicadas. A função do espaço paralelo era aprofundar a exposição dos produtos e realizar especificações e vendas ainda em tempo de feira. Foram recebidos mais de 2400 pessoas no espaço paralelo.

### Reconhecimentos em 2013

- Top Marcas 2013 – promovido pela Revista Projeto Design – Categoria Revestimentos Cerâmicos;
- 20º Premio Expressão Ecologia – promovido pela Revista Expressão Ecologia – Categoria Marketing Ecológico. Case: Portobello apresenta a maior e mais fiel coleção de porcelanatos em madeira do mercado;
- Empresa Parceira 2012 – promovido pela Construtora Adolfo Lindenberg.

## Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Auditoria Independente

Em atendimento a Instrução CVM 381/2003 informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2013, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

### Composição da Administração da Portobello

#### Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

#### Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro	Diretor Vice-Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	Independente
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côrte	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naum Goldfajn	Conselheiro	Independente

Visite o Site de Relações com Investidores: [www.portobello.com.br/ri](http://www.portobello.com.br/ri)

### 1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de março de 2013 60,81% das ações da sociedade. Os 39,19% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de março de 2013 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 110 lojas.

### 2 Base de preparação

#### a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais.

Assim sendo, as Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas do Grupo e as Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas Demonstrações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias (ITR).



## **Portobello S.A e empresas controladas**

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2013.

### **b) Base de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 2.22 (a).
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa 4.1.

## **3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### **3.1 Consolidação**

#### **3.1.1 Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

##### **a) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

### 3.1.2 Demonstrações contábeis intermediárias individuais

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

### **3.3 Apresentação de informações por segmento de negócio**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

### **3.4 Conversão de moeda estrangeira**

#### **a) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas 33 e 34.

#### **b) Empresas controladas**

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

### **3.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **3.5 Ativos Financeiros**

#### **3.5.1 Classificação**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", bem como "caixa e equivalentes de caixa".

**b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

**c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

**3.5.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.6 Impairment de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

### 3.6.1 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

### 3.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

### 3.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

### 3.9 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

### 3.10 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

### 3.11 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 18).

### 3.12 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>Anos</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	14
Móveis e utensílios	10
Computadores	<u>5</u>

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

### 3.13 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	<u>(a)</u>

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de março de 2013 estão próximos do valor justo.

### 3.14 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e

subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

### **3.15 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **3.16 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.17 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

### **3.18 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes**

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

### 3.19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### 3.20 Benefícios a empregados

#### a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

## **Portobello S.A e empresas controladas**

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

### **b) Plano de participação nos resultados**

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

### **c) Incentivo de longo prazo (ILP)**

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a entidade recebe serviços dos empregados como contraprestação por caixa ou ações da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções (caixa ou pagamento em ações), é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

## **3.21 Capital social**

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 30.

## **3.22 Custos de emissão**

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

## **3.23 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### **3.24 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

#### **a) Venda de produtos - atacado**

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

#### **b) Receita de royalties**

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

#### **c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

### **3.25 Resultado de operações descontinuadas**

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 36.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de

resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

### 3.26 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.,

### 3.27 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.28 Novas normas contábeis

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O IFRS 9 é aplicável somente a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método

de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A adoção das referidas normas não resultam em nenhuma alteração em relação ao método usado na elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia.

## **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticas**

### **4.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### **a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

#### **b) Provisões para contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

#### **c) Provisões para perda no estoque**

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

#### **d) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis intermediárias e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no

qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

### e) **Plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 28.

## 4.2 **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

### a) **Recebíveis da Eletrobrás**

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

### b) **Créditos com outras pessoas ligadas com garantias**

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

### c) **Parcelamento MP 470**

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

### d) **Benefícios fiscais de ICMS**

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 22(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações contábeis intermediárias.

### 5 Gestão de risco financeiro

#### 5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### a) Risco de mercado

##### i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	18.151	18.183	18.151	18.183
Créditos com controladas	41.231	41.839	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(40.916)	(41.496)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(27.639)	(22.205)	(27.639)	(22.205)
Empréstimos e financiamentos	(43.042)	(48.006)	(43.042)	(48.006)
Comissões	(938)	(815)	(938)	(815)
Passivos líquidos expostos	(53.153)	(52.500)	(53.468)	(52.843)

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	euro	251	176	251	176
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(1.894)	(1.305)	(1.894)	(1.305)
Empréstimos e financiamentos	euro	(269)	(265)	(269)	(265)
Comissões	euro	(25)	(23)	(25)	(23)
		<u>(1.937)</u>	<u>(1.417)</u>	<u>(1.937)</u>	<u>(1.417)</u>
Contas a receber	dolar	7.477	6.907	7.477	6.907
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.318)	(20.306)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(11.294)	(9.145)	(11.294)	(9.145)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(16.111)	(16.143)	(16.111)	(16.143)
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(4.919)	(7.000)	(4.919)	(7.000)
Comissões	dolar	(437)	(372)	(437)	(372)
		<u>(25.128)</u>	<u>(25.585)</u>	<u>(25.284)</u>	<u>(25.753)</u>

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de 12 meses de suas exportações.

### ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 7.



## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora							
	31 de março de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	57.216	940	124.069	16.661	74.667	917	120.541	22.029
Entre um e dois anos	76.388	1.239	-	26.711	17.507	1.274	-	26.377
Entre dois e cinco anos	73.066	-	-	28.611	72.356	209	-	28.251
Acima de cinco anos	-	-	-	55.625	2.290	-	-	54.933
Total	206.670	2.179	124.069	127.608	166.820	2.400	120.541	131.590

	Consolidado							
	31 de março de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	57.216	940	124.550	17.368	74.667	917	121.532	22.961
Entre um e dois anos	76.379	1.239	-	27.151	17.500	1.274	-	26.809
Entre dois e cinco anos	74.020	-	-	28.767	72.328	209	-	28.404
Acima de cinco anos	-	-	-	55.926	3.240	-	-	55.233
Total	207.615	2.179	124.550	129.212	167.735	2.400	121.532	133.407

### d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

### i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de março de 2013 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 7,01% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de março de 2013	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações	64.574	Baixa CDI	7,01%	4.606	5,26%	3.454	3,51%	2.303
Total	64.574			4.606		3.454		2.303
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(502)	Alta CDI	7,01%	(35)	8,76%	(44)	10,52%	(53)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(20.340)	Alta CDI	7,01%	(1.426)	8,76%	(1.782)	10,52%	(2.139)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(51.487)	Alta CDI	7,01%	(3.609)	8,76%	(4.512)	10,52%	(5.414)
Empréstimos - BNDES	(30.311)	Alta TJLP	5,00%	(1.516)	6,25%	(1.894)	7,50%	(2.273)
Total	(102.640)			(6.586)		(8.232)		(9.879)

### ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2013 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2013	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	18.151	2,0138	-	2,5173	4.538	3,0207	9.076
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(27.639)	2,0138	-	2,5173	(7.202)	3,0207	(14.404)
Empréstimos e financiamentos	(43.044)	2,0138	-	2,5173	(10.761)	3,0207	(21.522)
Comissões	(938)	2,0138	-	2,5173	(235)	3,0207	(469)
Passivos líquidos expostos	(53.470)	2,0138	-	2,5173	(13.660)	3,0207	(27.319)

## 5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 podem ser assim sumariados:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e financiamentos	205.977	165.600	206.922	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	127.608	131.590	129.212	133.407
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(63.477)	(56.576)	(67.097)	(58.870)
Créditos com outras pessoas ligadas	(90.375)	(100.398)	(90.375)	(100.398)
Dívida líquida	179.733	140.216	178.662	140.654
Total do patrimônio líquido	140.785	127.119	140.796	127.127
Total do capital	320.518	267.335	319.458	267.781
Índice de alavancagem financeira (%)	56	52	56	53

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 11.413 em 31 de março de 2013.

### 5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	63.477	56.576	67.097	58.870
Contas a receber de clientes	140.277	137.626	145.830	142.678
Total	203.754	194.202	212.927	201.548
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	123.916	120.122	124.397	121.113
Empréstimos e financiamentos	205.977	165.600	206.922	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	127.608	131.590	129.212	133.407
Total	457.501	417.312	460.531	421.035

## 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	13.637	13.673	14.173	14.173
Grupo 2	123.793	121.291	128.662	125.725
Grupo 3	3.860	3.571	4.012	3.701
Total	141.290	138.535	146.847	143.599
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)				
AAA (bra)	62.438	56.080	65.695	58.044
AA- (bra)	146	238	146	238
BBB	189	141	199	151
Outros	703	117	1.032	421
Total	63.476	56.576	67.072	58.854
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 3	1.976	1.945	-	-
Total	1.976	1.945	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Conta corrente	2.014	3.155	2.523	3.655
Aplicações financeiras	61.463	53.421	64.574	55.215
Total	63.477	56.576	67.097	58.870

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo no primeiro trimestre de 2013 foi equivalente a 101,75% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

## 8 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% a.a. pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

### a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, no trimestre findo em 31 de março de 2013 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% a.a. As amortizações são semestrais, portanto até esta data não ocorreram.

O risco da operação foi registrado no ativo circulante no montante de R\$ 167 e a parcela reconhecida no resultado em 31 de março de 2013 totaliza um ganho de R\$ 128 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2012).

## 9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	122.173	118.935	127.730	123.999
Clientes - mercado externo	18.151	18.183	18.151	18.183
	<u>140.324</u>	<u>137.118</u>	<u>145.881</u>	<u>142.182</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	966	1.417	966	1.417
	<u>966</u>	<u>1.417</u>	<u>966</u>	<u>1.417</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(969)	(882)	(973)	(894)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(44)	(27)	(44)	(27)
	<u>(1.013)</u>	<u>(909)</u>	<u>(1.017)</u>	<u>(921)</u>
Total	<u>140.277</u>	<u>137.626</u>	<u>145.830</u>	<u>142.678</u>

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	<u>882</u>	<u>894</u>
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	87	79
Em 31 de março de 2013	<u>969</u>	<u>973</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação *impaired* e não *impaired*

	Controladora							
	31 de março de 2013	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer	130.441	130.265	-	176	125.911	125.700	-	211
Vencidos até 30 dias	9.096	-	8.930	166	10.846	-	10.834	12
Vencidos de 31 a 90 dias	459	-	440	19	759	-	727	32
Vencidos de 91 a 360 dias	1.024	-	589	435	819	-	307	512
Vencidos há mais de 360 dias	270	-	97	173	200	-	85	115
<b>Total</b>	<b>141.290</b>	<b>130.265</b>	<b>10.056</b>	<b>969</b>	<b>138.535</b>	<b>125.700</b>	<b>11.953</b>	<b>882</b>

\* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Consolidado							
	31 de março de 2013	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer	135.960	135.784	-	176	130.850	130.639	-	211
Vencidos até 30 dias	9.120	-	8.954	166	10.918	-	10.906	12
Vencidos de 31 a 90 dias	459	-	440	19	760	-	728	32
Vencidos de 91 a 360 dias	1.033	-	594	439	871	-	347	524
Vencidos há mais de 360 dias	275	-	102	173	200	-	85	115
<b>Total</b>	<b>146.847</b>	<b>135.784</b>	<b>10.090</b>	<b>973</b>	<b>143.599</b>	<b>130.639</b>	<b>12.066</b>	<b>894</b>

\* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2013, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 58.353 (R\$ 63.229 em 31 de dezembro de 2012).

## 10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Produtos acabados	112.570	96.460	112.733	96.636
Produtos em processo	7.435	7.826	7.435	7.826
Matérias-primas e materiais de consumo	10.836	11.174	10.836	11.174
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.451)	(5.505)	(6.512)	(5.568)
Importações em andamento	8.664	9.977	8.664	9.977
<b>Total</b>	<b>133.054</b>	<b>119.932</b>	<b>133.156</b>	<b>120.045</b>

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
ICMS	674	530	697	540
IPI (a)	985	820	985	820
IRRF/CSRF	77	23	80	23
IRPJ/CSLL	-	-	463	459
Outros	145	77	289	222
Total	1.881	1.450	2.514	2.064
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.732	1.682	1.732	1.682
Total	1.732	1.682	1.732	1.682

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela quarta vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e será mantida até 31 de dezembro de 2013. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

### 12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2013, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 90.375 (R\$ 100.398 em 31 de dezembro de 2012) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito, a Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcelas, conforme disposto em contrato. **Já a segunda parcela no valor de R\$ 9.824, a Companhia recebeu em março/2013.**

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

### 13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Cível	43	43	43	43
Trabalhista	6.579	6.450	6.615	6.487
Tributária	2.013	1.964	2.013	1.964
Total	8.635	8.457	8.671	8.494

### 14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de março de 2013 é de R\$ 38.751 (R\$ 36.819 em 31 de dezembro de 2012).



## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15 Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é lucro real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no passivo circulante em contas redutoras dos valores de IRPJ e CSLL a pagar. Esta forma de contabilização foi adotada a partir de 2012, sendo que em 2011 os pagamentos por estimativa foram registrados no ativo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda	-	-	416	413	(1.972)	(2.564)	(2.406)	(3.045)
Contribuição social	-	-	47	46	(710)	(924)	(871)	(1.097)
Total	-	-	463	459	(2.682)	(3.488)	(3.277)	(4.142)

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.676	24.867
Prejuízos fiscais	-	-
Diferenças temporárias ativas	25.676	24.867
Portobello previdência	(278)	(246)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.586	2.377
Provisão para contingências	6.388	6.126
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	2.118	1.992
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	9.758	9.179
Provisão para devedores duvidosos	330	300
Provisão para PPR	2.139	1.775
Provisão incentivo de longo prazo (ILP)	740	740
Outras diferenças temporárias ativas	1.895	2.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(41.453)	(41.176)
Diferenças temporárias passivas	(41.453)	(41.176)
Realização da reserva de reavaliação	(17.799)	(17.933)
Recebíveis da Eletrobrás	(13.175)	(12.518)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.448)	(4.376)
Ajuste a valor presente - Prodec	(948)	(1.231)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(52)	(142)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.597)	(4.639)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(434)	(337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(15.777)	(16.309)

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais, é como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Impostos diferidos			
	Ativo		Passivo	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
2012	-	5.007	-	(568)
2013	6.698	1.054	(19.665)	(17.604)
2014	13.094	12.557	(1.989)	(568)
2015	1.125	1.300	(1.989)	(568)
2016	1.125	1.300	(1.989)	(568)
2017	1.125	-	(1.989)	-
Mais de 5 anos	2.509	3.649	(13.832)	(21.300)
	25.676	24.867	(41.453)	(41.176)

A movimentação líquida em 31 de março de 2013 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	(16.309)
Prejuízos fiscais	-
Diferenças temporárias ativas	810
Diferenças temporárias passivas	(411)
Reserva de reavaliação	133
Em 31 de março de 2013	(15.777)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012
	Debitado (creditado) ao resultado	
Ativo de imposto diferido		
Prejuízos fiscais	-	(1.639)
Portobello previdência	(32)	(29)
Provisão para ajuste a valor de mercado	209	49
Provisão para contingências	262	300
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	126	133
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	579	612
Provisão para devedores duvidosos	30	21
Provisão para PPR	364	512
Outras diferenças temporárias ativas	(729)	81
Total	809	40
Realização da reserva de reavaliação	134	134
Recebíveis da Eletrobrás	(657)	(462)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(72)	(103)
Ajuste a valor presente - Prodec	283	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	90	296
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	42	31
Variações cambiais pelo regime de caixa	(97)	(224)
Total	(277)	(328)
	532	(288)

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(5.801)	(3.818)	(7.418)	(5.751)
Total do imposto corrente	(5.801)	(3.818)	(7.418)	(5.751)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	532	(288)	532	(288)
Total do imposto diferido	532	(288)	532	(288)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.269)	(4.106)	(6.886)	(6.039)

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Lucro antes do imposto	18.331	15.261	19.974	17.197
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(6.233)	(5.189)	(6.791)	(5.847)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	664	1.101	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	366	80	366	80
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(134)	(134)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(464)	324	(859)	150
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	532	(288)	532	(288)
Encargo fiscal	(5.269)	(4.106)	(6.886)	(6.039)

### 16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de março de 2013 é de R\$ 13.084 (R\$ 12.872 em 31 de dezembro de 2012).

### 17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 18 Investimentos

#### a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 31 de dezembro de 2012	480	(47.330)
Participação no resultado	2.894	(943)
Variações cambiais	-	604
Em 31 de março de 2013	3.374	(47.669)

No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante, conforme intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	41.851	425	527
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.498	6.426	1.115	(1.363)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.813	8.333	51.530	11.073
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	457	1.363	2.168	149
Em 31 de março de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	326	41.242	-	(24)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.897	7.666	1.096	(841)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	11.253	7.879	11.418	2.894
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	533	1.517	531	(78)

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19 Imobilizado

#### a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	98.626	(16.527)	82.099	82.836	82.245	82.985
Máquinas e equipamentos	7%	290.780	(213.857)	76.923	78.986	76.923	78.986
Móveis e utensílios	10%	8.314	(7.408)	906	951	1.011	1.061
Computadores	20%	13.502	(11.957)	1.545	1.616	1.594	1.668
Outras imobilizações	20%	219	(194)	25	30	84	89
Imobilizações em andamento (a)		38.684	-	38.684	10.311	39.153	10.779
<b>Total</b>		<b>461.236</b>	<b>(249.943)</b>	<b>211.293</b>	<b>185.841</b>	<b>212.498</b>	<b>187.056</b>

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa 30c).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 até a presente data.

#### b) Movimentação do imobilizado

	Controladora							Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
Em 31 de dezembro de 2012	11.111	82.836	78.986	951	1.616	30	10.311	185.841
Adições	-	-	453	10	52	-	29.846	30.361
Depreciação	-	(737)	(2.516)	(55)	(123)	(5)	-	(3.436)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.473)	(1.473)
Em 31 de março de 2013	11.111	82.099	76.923	906	1.545	25	38.684	211.293

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
Em 31 de dezembro de 2012	11.488	82.985	78.986	1.061	1.668	89	10.779	187.056
Adições	-	-	453	12	52	-	29.847	30.364
Depreciação	-	(740)	(2.516)	(62)	(126)	(5)	-	(3.449)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.473)	(1.473)
Em 31 de março de 2013	11.488	82.245	76.923	1.011	1.594	84	39.153	212.498

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Custo dos produtos vendidos	3.029	3.597	3.029	3.597
Despesa comercial	274	218	281	227
Despesa administrativa	133	113	139	114
Total	3.436	3.928	3.449	3.938

## 20 Intangível

### a) Composição

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		31 de março de 2013	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.073)	285	311	285	311
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(600)	400	450	406	457
Marcas e patentes		150	-	150	150	150	152
Fundo de comércio		-	-	-	-	190	190
Sistema de gestão (a)		16.087	(19)	16.068	14.209	16.068	14.209
Total		29.595	(12.692)	16.903	15.120	17.099	15.319

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia. Parte do Sistema de gestão que se refere ao WMS já iniciaram as amortizações.

### b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2012	311	450	150	14.209	15.120
Adições	-	-	-	1.865	1.865
Amortizações	(26)	(50)	-	(6)	(82)
Em 31 de março de 2013	285	400	150	16.068	16.903

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Sistema de gestão	
Em 31 de dezembro de 2012	311	457	152	190	14.209	15.319
Adições	-	-	-	-	1.865	1.865
Amortizações	(26)	(51)	-	-	(6)	(83)
Baixas	-	-	(2)	-	-	(2)
Em 31 de março de 2013	285	406	150	190	16.068	17.099

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Custo dos produtos vendidos	58	64	59	65
Despesa comercial	6	-	6	-
Despesa administrativa	18	33	18	33
Total	82	97	83	98

### c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2013	2014	2015	2016	2017
Softwares	94	64	48	40	39
Direito de exploração de jazidas	152	202	52	-	-
Sistema de gestão (a)	2.678	3.571	3.571	3.571	2.677
Total	2.924	3.837	3.671	3.611	2.716

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 342 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

## 21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Fornecedores	124.069	120.541	124.550	121.532
Mercado interno	95.658	98.292	96.139	99.283
Mercado externo	28.411	22.249	28.411	22.249
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(153)	(419)	(153)	(419)
Total	123.916	120.122	124.397	121.113



## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
<b>Circulante</b>						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,43% a.a. <sup>1</sup>	5.829	5.877	5.829	5.877
Pré-pagamento e ACC (a)		VC+5,17% a.a. <sup>1</sup>	2.553	2.640	2.553	2.640
FINIMP (b)		VC+2,55% a.a. <sup>1</sup>	32.442	36.814	32.442	36.814
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>VC + 3,13% a.a.</b>	<b>40.824</b>	<b>45.331</b>	<b>40.824</b>	<b>45.331</b>
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462		12,80% a.a.	-	502	-	502
FINEP (c)		6,25% a.a.	2.967	2.966	2.967	2.966
Nota de Crédito de Exportação (d)		9,18% a.a. <sup>1</sup>	6.563	12.602	6.563	12.602
Lei nº 4.131 (e) - (nota 8)		1,60% a.a. + CDI	1.487	354	1.487	354
Arrendamento financeiro (f)		10,07% a.a.	940	917	940	917
Capital de giro		7,92% a.a. <sup>1</sup>	502	10.957	502	10.957
BNDES - Progeren (g)		8,59% a.a. <sup>1</sup>	1.978	-	1.978	-
PRODEC (h)		4,00% a.a. + UFIR	2.895	1.955	2.895	1.955
<b>Total moeda nacional</b>		<b>7,71% a.a.</b>	<b>17.332</b>	<b>30.253</b>	<b>17.332</b>	<b>30.253</b>
<b>Total do circulante</b>			<b>58.156</b>	<b>75.584</b>	<b>58.156</b>	<b>75.584</b>
<b>Não circulante</b>						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,20% a.a. <sup>1</sup>	2.218	2.675	2.218	2.675
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>VC + 6,20% a.a.</b>	<b>2.218</b>	<b>2.675</b>	<b>2.218</b>	<b>2.675</b>
Moeda nacional						
FINEP (c)	Set/2018	6,25% a.a.	13.193	13.926	13.193	13.926
Nota de Crédito de Exportação (d)	Dez/2017	8,37% a.a. <sup>1</sup>	30.000	-	30.000	-
Lei nº 4.131 (e) - (nota 8)	Dez/2017	1,60% a.a. + CDI	50.000	50.000	50.000	50.000
Arrendamento financeiro (f)	Mai/2015	10,01% a.a.	1.239	1.483	1.239	1.483
BNDES - Progeren (g)	Mar/2016	8,46% a.a. <sup>1</sup>	28.333	-	28.333	-
PRODEC (h)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	22.838	21.932	22.838	21.932
Capital de giro	Mar/2017		-	-	945	915
<b>Total moeda nacional</b>		<b>7,61% a.a.</b>	<b>145.603</b>	<b>87.341</b>	<b>146.548</b>	<b>88.256</b>
<b>Total do não circulante</b>			<b>147.821</b>	<b>90.016</b>	<b>148.766</b>	<b>90.931</b>
<b>Total</b>			<b>205.977</b>	<b>165.600</b>	<b>206.922</b>	<b>166.515</b>

<sup>1</sup> Taxa média

VC - Variação Cambial

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

**a) Pré-pagamento e adiantamento de contrato de câmbio** – A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431 em 2010 e 2011. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A.

**b) FINIMP** (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) – De outubro de 2012 a março de 2013, a Companhia celebrou vários contratos de Finimp, no valor de R\$ 32.444 com taxa média de 2,55 % a.a, prazo médio de 180 dias, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos não existem cláusulas restritivas e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A; na média de 30% do saldo devedor do contrato.

**c) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos** - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Em dezembro de 2012, foi liberada a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572. Para este contrato foi necessária à apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 1,25% a.a.

**d) NCE – Nota de Crédito de Exportação** – Em maio de 2012, a Companhia celebrou contratos de NCE no valor de R\$ 15.000, com vencimento em 5 parcelas, (14 de julho de 2012, 14 de outubro de 2012, 14 de janeiro de 2013, 15 de abril de 2013 e a última em 14 de julho de 2013). Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 114% do saldo devedor do contrato. Já em janeiro de 2013, a Companhia celebrou outro contrato de NCE, no valor de R\$ 20.000 com vencimento em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira em 05 de janeiro de 2015. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato. E em fevereiro de 2013, a Companhia celebrou um terceiro contrato de NCE, no valor de R\$ 10.000 com vencimento do principal em 10 de fevereiro de 2016 e juros em 12 parcelas trimestrais sendo a primeira em 10 de maio de 2013. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação *clean* no que se refere á garantias.

**e) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI** – Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato no valor de R\$ 50.000 com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais (nota explicativa 8) e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

**f) Arrendamento Financeiro** – Em maio de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2.418 com prazo de 36 meses. Já em julho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto a Hewlett Packard HP no valor de R\$ 450 com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

**g) BNDES (Progeren)** - Em janeiro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 20.000 com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação *clean* no que se refere á garantias. Já em março de 2013, a Companhia celebrou outro contrato de BNDES (Progeren) no valor de R\$ 10.000 também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias.

**h) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense** - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do capital de giro circulante, 9,69% ao ano.

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de março de 2013, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 42), aval dos controladores e de controlada. Neste trimestre não foram dados em garantia, estoques de produtos acabados.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de abril	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	26.925	18.055	26.925	18.055
2015	49.223	25.580	49.223	25.580
2016	45.715	26.963	45.715	26.963
2017	23.759	17.217	23.759	17.217
2018	2.199	2.201	3.144	3.116
Total	147.821	90.016	148.766	90.931

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Seis meses ou menos	29.147	41.834
Seis a 12 meses	8.947	5.142
Um a cinco anos	107.588	58.719
Acima de cinco anos	946	915
Total	146.628	106.610

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Reais	162.935	117.594	163.880	118.509
Euros	694	714	694	714
Dólares dos Estados Unidos	42.348	47.292	42.348	47.292
Total	205.977	165.600	206.922	166.515

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 6,71% (6,26% em 31 de dezembro de 2012).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	1.107	1.107
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.316	1.592
Total	2.423	2.699
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(244)	(299)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	2.179	2.400
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	940	917
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.239	1.483
Total	2.179	2.400

### 23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	20	5.549	6.302
	IPI	Dez/09	20	3.769	4.281
	PIS	Mar/09	11	142	178
	COFINS	Mar/09	11	652	820
	IRPJ	Mar/09	11	1.035	1.301
	CSLL	Mar/09	11	385	484
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	139	116.076	118.224
Total da Controladora				127.608	131.590
Parcela do circulante				22.113	22.029
Parcela do não circulante				105.495	109.561
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	19	444	507
	COFINS	Mar/09	11	49	61
	IRPJ	Mar/09	11	375	472
	CSLL	Mar/09	11	136	171
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	139	600	606
Total das Controladas				1.604	1.817
Total do Consolidado				129.212	133.407
Parcela do circulante				23.005	22.961
Parcela do não circulante				106.207	110.446

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencimento				
2013	16.661	22.031	17.368	22.962
2014	17.172	16.958	17.561	17.341
2015 a 2023 (*)	85.828	84.753	86.293	85.214
2024	7.947	7.848	7.990	7.890
Total	127.608	131.590	129.212	133.407

(\*) Em março de 2013 e dezembro de 2012 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.537 e R\$ 9.417 para a Controladora e R\$ 9.589 e R\$ 9.468 para o Consolidado.

### a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.185 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 16.

### 24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Doute Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 26.928 em 31 de março de 2013, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa 17.

### 25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
IRRF	747	1.188	918	1.397
ICMS	4.476	3.551	4.478	3.552
PIS	287	304	353	365
COFINS	1.309	1.399	1.613	1.680
Outros	239	103	384	251
Total	7.058	6.545	7.746	7.245

### 26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	5.200	4.533	6.033	4.575
Trabalhistas	11.337	11.288	11.337	11.288
Tributárias	37.177	35.051	37.177	35.051
Total	53.714	50.872	54.547	50.914
Circulante	1.810	1.288	2.635	1.322
Não Circulante	51.904	49.584	51.912	49.592

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.533	11.288	35.051	50.872
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	688	493	2.126	3.307
Provisões adicionais	473	82	1.668	2.223
Reversões por não utilização	(5)	(44)	-	(49)
Atualização monetária (nota explicativa 33)	220	455	458	1.133
Reversões por realização	(21)	(444)	-	(465)
Em 31 de março de 2013	5.200	11.337	37.177	53.714

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.575	11.288	35.051	50.914
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	1.489	493	2.126	4.108
Provisões adicionais	1.273	82	1.668	3.023
Reversões por não utilização	(5)	(44)	-	(49)
Atualização monetária (nota explicativa 33)	221	455	458	1.134
Reversões por realização	(31)	(444)	-	(475)
Em 31 de março de 2013	6.033	11.337	37.177	54.547

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

### Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 114 ações cíveis (112 ações em 31 de dezembro de 2012), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 27.

### Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 286 reclamações trabalhistas (281 reclamações em 31 de dezembro de 2012), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 27.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Tributárias

#### a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2013 soma R\$ 2.251 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2012).

#### b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de março de 2013 somam R\$ 34.926 (R\$ 32.854 em 31 de dezembro 2012).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

## 27 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	966	927	966	967
Trabalhistas	9.687	10.839	9.687	10.839
Total	10.653	11.766	10.653	11.806

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

## 28 Benefícios a empregados

### 28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta



## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com 43 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de março de 2013, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.825 (R\$ 2.918 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

## 28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Remuneração	19.536	17.091	20.954	18.310
Benefícios				
Plano de previdência	231	149	298	205
FGTS	1.576	1.520	1.666	1.591
Outros	1.790	1.934	1.864	1.994
Total	23.133	20.694	24.782	22.100

## 29 Incentivo de longo prazo (ILP)

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão.

A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda<sup>1</sup> e da relação entre ebitda e dívida líquida<sup>2</sup>. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade e valor dos títulos. E reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016,2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia determinará a forma de pagamento, que poderá ser realizada através de valores monetários ou da outorga de ações da Companhia em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

Se o pagamento for realizado através da outorga de ações deverá ser considerado o valor médio da ação no período de três meses antes da data do pagamento do incentivo. E a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de março de 2013 é R\$ 2.176, e R\$ 2.623 consolidado.

<sup>1</sup>lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

<sup>2</sup> empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

## 30 Patrimônio líquido

### a) Capital social

*(valores integrais, não arredondados)*

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 40.798.244 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em novembro de 2012, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 72.159.243,12 (setenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e doze centavos), passando de R\$ 112.957.487,40 (cento e doze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), para R\$ 40.798.244,28 (quarenta milhões setecentos e noventa e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

A redução voluntária no capital social da Companhia aprovada pela AGE de 22 de novembro de 2012, ocorreu devido à perda patrimonial, resultando na absorção de prejuízos acumulados, amparado pelo Art. 173 da Lei 6.404/76, não havendo alteração na quantidade total de ações. Como consequência os eventuais lucros apurados a partir de então não serão mais destinados à conta de prejuízos acumulados, ficando a disposição da AGO.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

## **Portobello S.A e empresas controladas**

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 31 de março de 2013 havia 62.253.452 ações em circulação, o equivalente a 39,15% do total de ações emitidas (61.992.352 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

### **b) Reserva de lucros**

#### **Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.283 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **Reserva de lucros a destinar**

A reserva de lucros a destinar no montante de R\$ 46.786 em 31 de março de 2013 refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2012, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

### **c) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 43.318 em 31 de março de 2013 (R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no trimestre findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 395 (R\$ 1.579 em 31 de dezembro de 2012), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.800 (R\$ 17.933 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa 15(b).

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2013, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receita bruta de vendas	208.403	177.539	220.446	189.321
Deduções da receita bruta	(43.424)	(38.155)	(44.691)	(39.328)
Impostos sobre vendas	(39.008)	(35.018)	(40.251)	(36.191)
Devoluções	(4.416)	(3.137)	(4.440)	(3.137)
Receita líquida de vendas	164.979	139.384	175.755	149.993
Mercado interno	151.988	131.262	160.919	139.634
Mercado externo	12.991	8.122	14.836	10.359

### 32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2013 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(7.735)	(4.834)	(7.735)	(4.834)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	57.805	52.150	57.272	51.639
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	7.050	7.056	7.050	7.056
Custo das mercadorias revendidas	37.357	24.828	37.722	25.173
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	573	514	573	514
Salários, encargos e benefícios a empregados	28.560	25.415	30.546	27.118
Mão de obra e serviços de terceiros	4.379	3.393	5.812	4.798
Amortização e depreciação	3.472	3.981	3.484	3.992
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	1.594	1.963	1.625	1.964
Comissões sobre vendas	3.765	3.193	3.792	3.193
Despesas com marketing e publicidade	1.225	1.452	2.379	2.272
Outras despesas comerciais	3.724	3.186	4.706	3.749
Outras despesas administrativas	746	825	857	837
Total	142.515	123.122	148.083	127.471

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2013 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	544	742	(33)	(22)
Contrato de exclusividade bancária	-	2.100	-	2.100
Outras receitas	289	330	300	334
Total	833	3.172	267	2.412
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (nota 26)	(506)	(440)	(1.306)	(441)
Provisão para participação no resultado	(1.071)	(1.506)	(1.246)	(1.776)
Outras despesas	(163)	(278)	(196)	(279)
Total	(1.740)	(2.224)	(2.748)	(2.496)
Total líquido	(907)	948	(2.481)	(84)

### 34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o trimestre findo em 31 de março de 2013 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Variação cambial líquida		
Contas a receber	(812)	(1.473)
Fornecedores	(170)	213
Total	(982)	(1.260)

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2013 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receitas financeiras				
Juros	1.137	282	1.195	331
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	1.904	1.358	1.904	1.358
Atualização do ativo tributário (nota 16(a))	212	304	212	304
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 9)	1.229	1.974	1.229	1.974
Outros	177	345	179	351
Total	4.659	4.263	4.719	4.318
Despesas financeiras				
Juros	(3.993)	(4.210)	(4.054)	(4.250)
Encargos financeiros com tributos	(1.664)	(2.970)	(1.686)	(3.027)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(1.125)	(1.113)	(1.126)	(1.115)
Deságios/despesas bancárias (nota 12)	(1.612)	(48)	(1.612)	(48)
Outros	(1.150)	(1.084)	(1.166)	(1.095)
Total	(9.544)	(9.425)	(9.644)	(9.535)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	690	1.236	690	1.236
Total	690	1.236	690	1.236
Total líquido	(4.195)	(3.926)	(4.235)	(3.981)

### 36 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março de 2013, são resumidos a seguir:

Ativo	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	Passivo	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante	326	355	Circulante	41.242	41.851
Disponibilidades	326	272	Aluguéis a pagar	11	12
Clientes	-	22	Dívidas com pessoas ligadas	41.231	41.839
Outros	-	61	Patrimônio líquido	(40.916)	(41.496)
Total do ativo	326	355	Total do passivo	326	355

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 2013 e 2012.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No primeiro trimestre de 2013, o resultado das operações descontinuadas foi R\$ 23, representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse período.

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 37 Lucro por ação

#### a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	13.062	11.155	13.062	11.155
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,08	0,07	0,08	0,07
Resultado das operações continuadas	13.062	11.155	13.085	11.155
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(23)	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,08215	0,07015	0,08229	0,07015
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00014)	-

A Companhia não possui, nem possuiu durante primeiro trimestre de 2013, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 30). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

#### b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

### 38 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a proposta da Administração para destinação de parte do resultado de 2012 a título de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.595, sendo que do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios, deduzir-se-á o montante pago em 28 de dezembro de 2012, sendo R\$ 1.853 a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e R\$ 5.104 a título de dividendos. O saldo a pagar durante o exercício de 2013 proposto será R\$ 8.637, o que corresponde a R\$ 0,054321 por ação ordinária a serem pagos aos seus acionistas em 21 de maio de 2013.

### 39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de março de 2013			Em 31 de março de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	160.919	14.836	175.755	139.634	10.359	149.993
Custo dos produtos vendidos	(106.170)	(9.541)	(115.711)	(91.500)	(8.001)	(99.501)
Lucro operacional bruto	54.749	5.295	60.044	48.134	2.358	50.492
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(33.867)	(1.968)	(35.835)	(27.899)	(1.415)	(29.314)
Vendas, gerais e administrativas	(30.697)	(1.675)	(32.372)	(26.647)	(1.323)	(27.970)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.271)	(210)	(2.481)	(79)	(5)	(84)
Outras ganhos (perdas), líquidos	(899)	(83)	(982)	(1.173)	(87)	(1.260)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	20.882	3.327	24.209	20.235	943	21.178
% sobre a ROL	13%	22%	14%	14%	9%	14%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

## 40 Compromissos

### a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de março de 2013 somam o montante de R\$ 36.053, que incluem os investimentos com o projeto de grandes formatos.

### b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios seguintes é:

	Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Menos de um ano	471	367
Mais de um ano e menos de cinco anos	367	277
Total	838	644

## 41 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.



## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado
	2013
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de fevereiro de 2013 até 14 de fevereiro de 2014 quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

### 42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Controladora		
	Ativo (Passivo)		
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	41.231	41.839
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	2.073	2.073
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	3.510	3.424
	Créditos com Controladas - Mútuo	1.976	1.945
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.339	1.207
Transações com empresas ligadas			
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	90.375	100.398
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	127	7
	Adiantamento de clientes	(1.206)	(1.780)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	839	1.410
	Adiantamento de clientes	(579)	(388)
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	(20)	-
		139.665	150.135

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Controladora		
	Receita (Despesa)		
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	
Transações com controladas			
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	1.530	1.525
	Custo dos serviços prestados	(957)	(763)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	483	-
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(533)	(512)
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	3.249	3.631
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	1.618	1.591
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	(70)	(51)
		<u>5.320</u>	<u>5.421</u>

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Não foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Neste trimestre a Companhia apresenta o saldo de contas a receber da Portobello América Inc no ativo não circulante, considerando a intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

### Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Natureza	Ativo (Passivo)		Natureza	Receita (Despesa)		
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012		31 de março de 2013	31 de março de 2012	
	Transações com controladas					
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	7	7	Royalties	-	-
Transações com empresas ligadas						
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	316	211	Royalties	841	958
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	160	137	Royalties	427	413
		<u>483</u>	<u>355</u>		<u>1.268</u>	<u>1.371</u>

### Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre em 31 de março de 2013 são:

## Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Remuneração fixa				
Salários	1.784	1.626	2.047	1.888
Honorários	606	430	881	697
Remuneração variável	332	395	382	439
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	125	104	188	156
Outros	260	241	320	296
	<u>3.107</u>	<u>2.796</u>	<u>3.818</u>	<u>3.476</u>

\* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

### 43 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício, sendo: R\$ 3.283 à Reserva Legal, R\$ 15.595 à título de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 5.000 ao Capital Social e R\$ 41.786 à Reserva de lucros para expansão conforme orçamento de capital apresentado. Do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios deduzir-se-á o montante pago em 28 de dezembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa 38.

Os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, para o referido exercício, a remuneração global da Administração no montante máximo de R\$ 11.000, e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

Já a Assembleia Geral Extraordinária, também realizada em 30 de abril de 2013, aprovou o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.267, onde R\$ 5.000 provém da rubrica Reserva de Lucros a Distribuir e R\$ 267 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações, portanto o capital social passará de R\$ 40.798 para R\$ 46.065. Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1203 - Torre I  
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel 55 (48) 3029-6500  
Fax 55 (48) 3029-6515  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da  
Portobello S.A.  
Tijucas - SC

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Informações contábeis intermediárias comparativas**

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 26 de Março de 2013, e relatório de revisão datado de 10 de Maio de 2012, sem modificações.

Florianópolis, 9 de Maio de 2013.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

**Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão  
Especial dos Auditores Independentes**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2013; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2013.

**Composição da Diretoria**

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 09 de maio de 2013.

---

Cesar Gomes Júnior

---

Cláudio Ávila da Silva

---

John Shojiro Suzuki

---

Mauro do Valle Pereira

## **PROJEÇÕES EMPRESARIAIS**

### **Projeções divulgadas e premissas**

**a) Objeto da projeção**

Investimento na expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos.

**b) Período projetado e o prazo de validade da projeção**

Crescimento projetado com início no segundo semestre de 2013.

**c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

O aumento do volume de produção projetado para o segundo semestre de 2013 baseia-se na instalação de um novo forno com incremento da produção na ordem de 4,6 milhões m<sup>2</sup>/ano.

Estima-se que, em 2014, quando a linha estará operando na sua total capacidade produtiva, a nova unidade gere uma receita de R\$ 141 milhões ao ano.

A meta de crescimento em 2013 da Portobello é de 20% e baseia-se nos dados dos últimos 5 anos, haja vista que, segundo os dados de entidades setoriais (ABRAMAT, ANFACER, ANAMACO e IBGE), o setor de revestimentos cerâmicos deve apresentar em 2013 crescimento de 6 a 7%.

Todas as premissas consideradas estão sujeitas a fatores de influência externa, que fogem do controle da administração da Companhia e podem impactar as projeções divulgadas.

**d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

<b>Projeções</b>	<b>Valores estimados</b>
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m <sup>2</sup> /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%

Além das projeções divulgadas acima, a Portobello está estudando a implantação de uma unidade industrial, com localização prevista para o estado de Alagoas. Inicialmente estima-se um investimento em torno de R\$ 205 milhões, embora esse estudo ainda não tenha sido concluído.

Vale ressaltar que os valores apresentados acima são meramente estimativas, e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou de seus administradores.

**Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

**a)** Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não houve alterações nas projeções anteriormente divulgadas.

**b)** Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas ainda foram totalmente realizadas, impossibilitando comparações.

**c)** Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

As projeções divulgadas permanecem válidas, dado que as estimativas são projetadas para alcançarem resultados a partir do segundo semestre de 2013.